

Fé e voto: a presença da religião na política brasileira

Syntia Alves
syntia.alves@gmail.com
Unimes/ Belas Artes

Área temática: Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).
Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

Resumo:

Nos últimos 10 anos tem-se observado um expressivo crescimento da participação de religiosos na política brasileira, destacando-se tanto por seu aumento numérico no Congresso e Senado, quanto por sua ação na tramitação de projetos no legislativo. Tal cenário político chama atenção por seu ineditismo, mas principalmente pelos desdobramentos do encontro entre religião e política, fato que também pode ser observado a fim de entender a representação da atual sociedade brasileira. O principal objetivo do presente trabalho é apresentar os resultados parciais da pesquisa que busca compreender de que forma os políticos de orientação religiosa têm ganhado visibilidade e, principalmente, força no legislativo e executivo no Brasil. Para tanto, será apresentada a análise dos impactos da participação política dos evangélicos no sistema democrático brasileiro, a relação dos políticos com o sistema partidário brasileiro e o uso dos meios de comunicação para consolidação de candidaturas e apoio público. Para tanto temas como a laicidade do Estado, democracia, representação e o conceito de secularização são fundamentais. Foi importante também levantar as bases políticas e religiosas presentes no Brasil após a proclamação da República a fim de compreender como a moral religiosa, antes católica, sempre esteve presente na política brasileira. Assim, a intenção deste trabalho é entender que a frequente presença religiosa na política brasileira e como essa presença é assegurada tanto pela estrutura do Estado Democrático, quanto pela população brasileira, que sempre teve nos religiosos importantes líderes políticos e sociais, e não apenas para questões espirituais.

Palavras-chave: religião; política; neopentecostais.

Introdução

O número de Igrejas Evangélicas tem se multiplicado intensamente na América Latina, e esse crescimento se intensificou a partir de 1960, tanto na América Central, quanto na América do Sul. Ainda que os pentecostais tenham aumentado de maneira significativa em toda a América, o Brasil é o caso mais expressivo e que chama atenção não apenas pela mudança do caráter religioso da população do país com maior número de católicos no mundo¹, mas também pelo impacto que essa transição religiosa causa na sociedade e, principalmente, na política do Brasil.

¹ Segundo o Anuário Pontifício 2017.

A crescente participação de religiosos de orientação neopentecostal na política brasileira tem chamado especial atenção nos últimos 10 anos. A força adquirida pela união destes parlamentares no Congresso e no Senado brasileiro até ganhou um nome, “Frente Evangélica Parlamentar” (FEP), que vem se destacando por seu aumento numérico, mas especialmente por sua ação na tramitação de projetos no legislativo. Tal cenário político causa espanto por seu ineditismo, principalmente se for lavado em consideração a história dos protestantes no Brasil e também chama atenção quando se observa o importante e atual uso dos meios de comunicação pelos religiosos neopentecostais. Assim, o principal objetivo do presente trabalho — que faz parte do Projeto Temático Fapesp “Lideranças Políticas no Brasil: Características e Questões Institucionais” (Neamp – PUC/SP) — é apresentar a pesquisa em andamento que busca compreender de que forma os políticos de orientação religiosa têm ganhado visibilidade e, principalmente, força no legislativo e executivo no Brasil.

As teorias de secularização das sociedades ocidentais partem da ideia de que a política não deve ter nenhum envolvimento com a religião, assim como as instituições religiosas devem manter-se afastadas da política. Dessa forma, somos levados a crer que política e religião possuem e atuam em territórios delimitados e definidos. Somado a isso, em meio à racionalidade moderna, acreditou-se no declínio da religião e a extinção da fé como resultado do avanço da ciência e do progresso tecnológico. Porém, não é isso o que se tem visto acontecer no Brasil. A participação de políticos de orientação religiosa, em especial os neopentecostais, não cessa de crescer no Brasil. O que já chamava atenção no legislativo, passou a ganhar mais destaque nos pleitos municipais de 2016, no qual se observou um aumento ainda maior de políticos religiosos sendo eleitos por meio de eleições diretas, tanto para cargos legislativos, mas também para cargos executivos, como caso do recém-eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivela (atualmente filiado ao PRB-RJ). Assim, o que se assiste é justamente o contrário do que se espera de uma sociedade pretensamente secularizada, como se acredita serem as sociedades ocidentais.

Portanto, num primeiro momento será apresentado um histórico da relação entre religião e política no Brasil, a fim de entendermos que essa não é um tema recente, e em seguida será vista a presença dos protestantes no país: desde a proibição do culto até o atual crescimento dos adeptos das várias linhas do protestantismo. Também será observado o desenvolvimento do uso dos meios de comunicação pelas Igrejas Evangélicas no Brasil. Após essa primeira fase, o texto tratará do aumento de políticos de

orientação religiosa nos três poderes do Estado brasileiro, mas em especial no legislativo. A partir disso, será apresentada uma análise dos impactos da participação política dos evangélicos no sistema democrático brasileiro, ou seja, um breve olhar sobre a relação entre a orientação religiosa e política da população evangélica, a atuação dos parlamentares evangélicos nas decisões dos Congresso Nacional e o uso dos meios de comunicação para consolidação de candidaturas e apoio público dos políticos de orientação pentecostal. Para tanto, temas como a laicidade do Estado, democracia, representação e o conceito de secularização são fundamentais para esse estudo.

Um país religioso

Não nos deveríamos surpreender ao observar a intrínseca relação entre religião e política que se vê estampada em uma das alas mais importantes do congresso nacional atual – ala essa que é popularmente chamada como “bancada evangélica” -, se pensarmos que o Brasil, primeiro como colônia e depois como Estado Nacional, nasceu justamente do encontro da coroa com a cruz na América Portuguesa. A Igreja Católica, que estabeleceu seu poder no Brasil desde o século XVI, promoveu no país um modelo de Catolicismo que, ainda que subordinado ao Estado, impunha sua presença como religião oficial, funcionando como instrumento de dominação social, política e cultural. Assim, ao longo de aproximadamente três séculos, a Igreja Católica, por meio da catequização de índios e africanos trazidos pela escravatura, foi fundamental para a formação da sociedade brasileira.

Apenas na segunda metade do século XVIII, com a progressiva hegemonia da mentalidade racionalista e iluminista, e no segundo reinado, a partir de 1840, há uma modificação na relação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. Inicia-se, então, uma fase em que a Igreja é colocada sob as ordens diretas do Papa e não mais como uma instituição vinculada à Coroa luso-brasileira. A separação entre Igreja e Estado, que vai se fortalecer com a proclamação da República, em 1889, não se faz totalmente e ainda possibilita que a instituição religiosa participe da arena política em colaboração com o Estado, tendo como ação fundamental a formação da “Liga Eleitoral Católica” (LEC), no Rio de Janeiro. A LEC, criada em 1932, foi uma resposta de membros da Igreja à crescente secularização, à criação do Partido Comunista do Brasil (1920) e estava destinada a defender os ideais cristãos na vida política nacional.

A atuação mais significativa da LEC foi a sua participação expressiva nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, por meio da ação de intelectuais e alguns segmentos da classe média brasileira. Supervisionando, selecionando e recomendando ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela igreja, alguns deputados foram eleitos com o apoio da Liga, como Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Moraes Andrade². A consequência da influência da LEC na formação da Assembleia veio na Constituição de 1934, na qual constava o ensino religioso nas escolas públicas, a presença de capelães militares nas Forças Armadas e a concessão estatal para as atividades assistenciais ligadas à Igreja.

Uma mudança interessante de viés de posicionamento, mas ainda havendo clara participação da Igreja Católica na política se deu nas décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, a Igreja Católica do Brasil chamou atenção por desempenhar importante papel na articulação da sociedade civil em resposta tanto ao capitalismo industrial que finalmente chegava ao Brasil na década de 1950, no governo do Juscelino Kubitschek, e que enfraqueceu ainda mais as camadas pobres da população e que passou a se exigir a mudança do velho modelo social e econômico, quanto à mobilização contra a ditadura instaurada no Brasil na década de 1960. Visando as liberdades democráticas e os direitos civis, constituiu-se em 1970 a “Teologia da Libertação” que nasceu dentro na Igreja Católica em resposta à contradição existente entre a pobreza extrema e a fé cristã na América Latina. A partir da ideia de que a situação de pobreza, na qual vivia grande parte da população, ofende a Deus e fere o espírito do Evangelho, a Teologia da Libertação “encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (BOFF, 2010, p. 14).

Pouco a pouco, a Igreja Católica integra-se aos movimentos sociais ao longo do regime ditatorial no Brasil, direcionando a atuação da instituição religiosa no Brasil ao auxílio aos pobres e excluídos, atuando, dessa forma, nas áreas políticas e econômicas, ainda que fora das esferas institucionais. No final dos anos 1970, e nos anos de 1986 e 1988, a Igreja Católica, além de participar do processo de transição democrática (Stepan, 1987), também participa do processo constituinte e se mobiliza em favor de emendas populares à Constituição. Assim, a Igreja Católica constitui-se historicamente como uma instituição que acompanha as ações do Estado brasileiro, às vezes mais diretamente, às

² Dados da FGV CPDOC, disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934/LigaEleitoralCatolica>

vezes menos.

Ao contrário dos católicos, os protestantes encontraram muitos problemas para poderem se estabelecer no Brasil em virtude de questões políticas. Ainda durante sua fase colonial, com a chegada dos holandeses e a Companhia das Índias Ocidentais, também vieram os primeiros protestantes para o Brasil. Porém, em virtude de divergências na direção das Companhias, em 1644, Maurício de Nassau renunciou seu cargo de administrador no nordeste brasileiro, dando início à revolta de portugueses e brasileiros contra os holandeses, que acabaram sendo expulsos do território em 1654. No restante do período colonial, o Brasil manteve-se isolado sendo inteiramente vedada a entrada de protestantes. Porém, em 1808, com a transferência da família real portuguesa, abriram-se as portas do país para a entrada legal dos primeiros protestantes (anglicanos ingleses). Esse cenário permanecerá desta forma até a independência do Brasil, quando o país percebe a necessidade de atrair imigrantes europeus.

Com a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, foi concedida relativa liberdade de culto à população (mas impondo restrições ao casamento civil, uso de cemitérios e educação), ainda que na mesma Constituição o catolicismo tenha sido confirmado como religião oficial, como esclarece o afirmou no artigo 5o: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”³.

Com a chegada ao Brasil das ideias iluministas, a maçonaria, o liberalismo político e a democracia, durante o século XVIII, inicia-se um processo de enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo. Apenas com a chegada da República e a separação entre Igreja e Estado, em 1890, a Constituição proclamou medidas liberais como a plena liberdade de culto, o casamento civil obrigatório e a secularização dos cemitérios. Assim, outros grupos religiosos foram colocados em pé de igualdade com a Igreja Católica. Além disso, a educação foi secularizada, sendo o ensino religioso omitido do novo currículo.

A diferença importante entre a atuação da Igreja Católica e a Protestante no Brasil, do ponto de vista social, se dá na medida em que, enquanto os primeiros missionários católicos vieram para essas terras com o objetivo de converter indígenas, justificada na própria crença e necessidade da projeção da Igreja Católica no território a

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

ser dominado, o alvo dos protestantes foi outro. Os protestantes tinham seu foco nos próprios cristãos que eram vistos como corrompidos pelos seus costumes e que ignoravam o ideal pregado como o verdadeiro para uma existência cristã. Assim, no século XIX, os missionários protestantes chegaram ao Brasil oferecendo uma outra forma de experimentação religiosa, proposta pela reforma.

Já no século XX, os protestantes reformistas, conhecidos como “evangélicos”⁴, têm atuado no sentido do que muitos autores têm chamado de “visibilidade social”: realizar uma transformação em relação a um passado de retração e marginalização em meio a um país católico. Gradativamente, os censos realizados pelo IBGE⁵ permitem uma observação da mudança na autodeclaração religiosa dos brasileiros e comprovaram um aumento quantitativo e substantivo dos que se denominam evangélicos, como mostra a tabela abaixo:

ANO	% católicos	% evangélicos	% espiritualistas	% outras religiões	% sem religião
1950	93,5	3,4	1,6	0,8%	0,8
1970	91,8	5,2	1,6	1,0	0,8
1980	88,9	6,7	1,3	1,2	1,9
1991	83,0	10,0	1,5	0,4	4,7
2000	73	15,4	1,7	1,6	7,3
2010	64,6	22,2	2,3	2,7	8,0

Os dados do IBGE mostram a identidade religiosa dos declarantes, mas não a sua prática e nem mesmo a sua pertença a uma determinada igreja ou tradição religiosa. Assim, um indivíduo que se autodeclara evangélico, espiritualista ou mesmo sem religião pode ter sido batizado na Igreja Católica. Outros dados devem ser levados em consideração: segundo o IBGE de 2000, existem no Brasil 1.200 religiões, fato que faz

⁴ Para verificar as diversas segmentações de protestantes, verifique o artigo: “Breve história do protestantismo no Brasil”, de Alderi Souza de Matos.

⁵ http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religio_deficiencia.pdf

mais importante o país continuar sendo majoritariamente cristão (católico e evangélico). Ainda que estejamos falando de duas religiões de orientação cristã, chama atenção a mudança de autodeclaração religiosa (queda do número de católicos e crescimento de evangélicos e de outras religiões), além do crescimento dos que se declaram sem religião.

As possíveis explicações para essa mudança podem ser encontradas tanto na atuação da Igreja católica na sociedade civil, quanto nas ações das igrejas evangélicas nos últimos anos. Se por um lado, a partir da década de 1950, a própria Igreja Católica inclui em seu discurso a questões como a liberdade frente ao autoritarismo crescente na América Latina e o cumprimento dos direitos humanos, por outro, Igrejas Evangélicas encontraram visibilidade nos meios de comunicação, como será visto a seguir, além de seus discursos mais moralizantes satisfazerem uma ala da sociedade brasileira que politicamente se coloca à direita. Assim, após ter sido, durante séculos, a guardiã dos princípios de autoridade, ordem e hierarquia no Brasil, no século XX, parte da Igreja Católica se tornou uma força social crítica, colocando-se em oposição aos regimes autoritários e abrindo espaço para os grupos que apoiavam tais regimes.

Meios de comunicação e religião no Brasil

A expansão e o crescimento de programas das Igrejas Evangélicas no Brasil, impactante a partir da década de 1990, pode ser associada ao aumento do espaço dessas igrejas nos canais de televisão do país, seja esse aumento por meio da compra de espaços em canais abertos, seja pela aquisição de concessões de canais próprios de TV. Nas duas últimas décadas do século XX, os protestantes reformistas têm expressado o que já foi citado anteriormente como visibilidade social, ou seja, a transformação em relação a um passado de marginalização em um país católico.

Pode-se pensar que se durante os séculos XVI e XIX, instaura-se no Brasil o Catolicismo como religião oficial, funcionando como instrumento de dominação social, política e cultural, e esse foi mantido até meados do século XX, mesmo com o país tendo proclamado a República e separado a Igreja do Estado, possivelmente a Igreja Católica não tenha percebido seu poder ser abalado até as últimas décadas do século XX. Esse fato explicado, possivelmente em virtude da ação da Igreja Católica desempenhando articulação de parte da sociedade civil através da Teologia da Libertação, como foi dito anteriormente, e mantendo importante base religiosa no Brasil. Porém, em 1964, o Brasil

sofre o Golpe Militar que daria início a três décadas de ditadura, e durante esse período a Teologia da Libertação não coincidia com as intenções sociais da ditadura. Assim, o projeto de visibilidade social das Igrejas Evangélicas encontra espaço para se desenvolver e crescimento do uso dos meios de comunicação por essas igrejas deve ser observado e entendido a partir do momento histórico e político do Brasil.

O uso dos meios de comunicação por instituições religiosas neopentecostais se faz presente no Brasil desde a década de 1960, acompanhando a instauração da TV no país. Segundo Fonseca (2003), data de 1962 o primeiro programa evangélico na TV Brasileira, “Fé para hoje”, apresentado pelo pastor Alcides Campolongo, na cidade do Rio de Janeiro. Os empreendimentos religiosos na TV foram considerados como um movimento elitizado em razão do preço dos aparelhos e, assim, somente alguns podiam ter acesso a TVs em suas casas, relação interessante para a teologia da prosperidade que será melhor abordada adiante. Concomitante ao regime militar começaram as pequenas incursões de programas de organizações religiosas através da compra de espaços em emissoras de TV. Tais programas ocupavam os horários mais baratos, da mesma maneira que ainda se observa atualmente, o que para as emissoras era muito interessante, pois representada uma receita garantida, sem gastos com a produção já que os custos destes programas não saíam dos bolsos das emissoras e ainda assim estas ocupavam e lucravam com horários de menor interesse. Sobre a formação e consolidação das “Igrejas Eletrônicas”, termo usado para se referir ao uso dos meios de comunicação para pregações e propagação dos fundamentos das Igrejas Evangélicas, Bucci (2001, p. 54) escreve:

“Estamos testemunhando (o termo é bem apropriado) a fabricação de uma nova face do divino, de um novo padrão de culto e de um novo tipo de religiosidade, que combina imagem eletrônica, entretenimento e consumo. Esse fenômeno só foi possível graças à TV, pois só nela a experiência mística pode se converter (outro termo bem apropriado) em entretenimento e, ao mesmo tempo, em objeto de desejo” (BUCCI, 2001: 54).

Do ponto de vista ideológico, enquanto a censura do Estado Militar tinha por objetivo organizar as ações da cultura através de uma importante despolitização da população, era fundamental contar com um conteúdo dos programas de rádio e TV que colaborassem em formar um tipo de ideal de cidadão útil. Assim, tão moralista quanto a censura do regime militar, também se apresentavam as Igrejas Evangélicas, contrastando com as ações de parte da Igreja Católica que se aproximava dos movimentos sociais. E

foi isso o que foi visto nos primeiros programas evangélicos, ao longo da década de 1960 e 1970, um discurso que visava enaltecer o espírito cívico, a ordem, a família e o serviço religioso, formando indivíduos passivos. Se no Brasil, a partir do início do século XX, os protestantes ganharam espaço tendo como foco os próprios cristãos, vistos como corrompidos em seus costumes e que ignoravam o ideal pregado como o verdadeiro para uma existência cristã, a propagação da ordem e da hierarquia, que antes cabia à Igreja Católica, passa a encontrar nas Igrejas Evangélicas um novo propagador de tais valores. Dessa forma, as ações da nascente mídia evangélica atendiam aos critérios político-ideológicos do regime, assim como às exigências da indústria cultural, que preparava um campo promissor de futuros consumidores.

Como esclarece Fonseca (2003), a concessão de rádio e televisão era uma arma poderosa, e era uma atribuição exclusiva do poder executivo. Esta política, que vigorava desde 1962, esteve presente nos governos de Sarney (1985 – 1990), Collor (1990 – 1992), Itamar (1992 – 1994) e FHC (1995 – 2003). Assim, as concessões eram dos espaços em programas de rádio e TV eram feitas a partir de apadrinhamentos e ligações com o poder político. Na Constituição 1988 ficou estabelecido a regulamentação de várias agências do governo, entre elas, a agência de comunicação. A partir de 1997, com a criação da Anatel, estabeleceu-se as regras nas quais os candidatos à concessão de rádio e televisão deveriam adequar-se: um esquema de concorrência pública, em que o candidato deveria submeter sua proposta a uma avaliação técnica e financeira que passaria pela avaliação de burocratas quanto à sua aptidão ou não, e quanto às condições de se obter uma concessão. O que deveria regulamentar os meios de comunicação no Brasil, segundo Fonseca, configurou-se novamente como um meio de troca de favores políticos e contatos pessoais nos quais se barganhariam as concessões de rádio e TV.

Assim, o crescimento e maior exposição das programações religiosas na TV foram possíveis com o fim do período da ditadura militar, seguido do processo de redemocratização do país. Um pedido de concessão não necessitaria de aprovação do congresso, mas apenas de uma avaliação técnica por parte da Anatel, que, como segue ligada diretamente ao poder executivo, continua sofrendo pressões, e as concessões se mantêm ligadas às manipulações do poder executivo no favorecimento de seus amigos, pares e apoiadores com os privilégios da lei. Mesmo com as novas regras determinadas pela Anatel, o poder executivo continuou requerendo para si o poder de decidir sobre a concessão pública de rádio e TV, o que, devido ao novo esquema articulado, facilitou a aquisição de concessões.

Religiões midiáticas

A Teologia da Prosperidade é como se designa um conjunto de princípios que afirma que o cristão possui o direito de obter felicidade integral e de exigí-la enquanto estiver vivo (XAVIER, 2009). Afirma-se que as raízes da Teologia da Prosperidade podem ser encontradas no século XIX, mas ela de fato surgiu apenas no século XX e se fortaleceu no fim dos anos 1960 e durante os anos 70. Segundo Mariano:

“Reunindo crenças sobre poder e cura, prosperidade e poder da fé, essa doutrina surgiu na década de 40. Mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer dos anos 70, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, pelos quais adquiriu visibilidade e se difundiu para outras correntes cristãs” (MARIANO, 1999: 51).

Nascida no maior país capitalista do mundo e sendo difundida ao longo da Guerra Fria, momento de forte defesa do sistema contra o comunismo Russo, a felicidade integral pregada pela Teologia da Prosperidade claramente irá se relacionar à questão material, para espanto dos que defendem a riqueza do espírito. Assim, a Teologia da Prosperidade prega que é da vontade de Deus que todo cristão seja rico e que aqueles que não alcançam a riqueza material assim o são por poder da presença do pecado, falta de fé ou ausência da contribuição financeira à Igreja. Mariano afirma que “foi o televangelista Oral Roberts quem criou a noção de “Vida Abundante”, e deu início à doutrina da prosperidade, prometendo retorno financeiro sete vezes maior do que o valor ofertado” (MARIANO, 1999: 152). Assim, a expansão da Teologia da Prosperidade se deve em grande parte ao televangelismo norte-americano. Xavier (2009) conta que Oral Roberts tornou mais forte seus apelos por dinheiro dos fiéis e promessas de devolução divina do que fora ofertado à igreja quando suas despesas para cobrir o horário na televisão aumentaram em escala muito maior do que a audiência, pois a disputa pelos horários televisivos no meio evangélico e pentecostal havia se tornado mais acirrada (XAVIER, 2009).

No Brasil, a Teologia da Prosperidade é pregada em igrejas neopentecostais de forte impacto midiático, como a Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Renascer em Cristo e a Universal do Reino de Deus. Porém, é importante lembrar que muitos pentecostais recriam a Teologia da Prosperidade, considerando-a

como uma perversão do evangelho. Sobre a Teologia, o Pastor e Deputado Marco Feliciano disse: “Não sou adepto dessa desgraça, não! Sou assembleiano roxo!”, e afirmando que há diferença entre a sua pregação e a da Teologia da Prosperidade, acrescentou: “Teologia da Prosperidade, não pode ser comparada com a Prosperidade que vem da Teologia. Existe na palavra centenas de afirmações sobre a benção que enriquece, que o Senhor é dono do ouro e da prata, que a prosperidade vem ao fiel”, diz⁶. De qualquer forma, é importante perceber que uma das igrejas neopentecostais brasileiras que prega a Teologia da Prosperidade, tem um canal de televisão e é a segunda congregação com maior número de membros na Frente Parlamentar Evangélica.

O fortalecimento da “bancada evangélica” é um dado que coloca em cheque a ideia de que o avanço da ciência e do conhecimento afastam as instituições políticas das orientações religiosas. Mas, além disso, torna-se importante entender como se deu o fortalecimento da Frente Evangélica Parlamentar. Uma das hipóteses é uma possível ação das igrejas neopentecostais nas campanhas políticas, pedindo votos para seus candidatos que faziam parte de congregações religiosas. De fato, houve um aumento de 40% de candidatos pastores em 2014, com relação ao pleito de 2010. O TSE⁷ (Tribunal Superior Eleitoral) registrou em 2014 a candidatura de 32 bispos (25% a menos do que em 2010) e 23 padres (15% a mais). Tal número mostra muito mais uma pluralidade de candidaturas de orientação religiosa do que um movimento uniforme, organizado por um grupo específico, como às vezes parece ser. De modo geral, o que se vê é mais um aumento de representantes religiosos no congresso do que representantes de específicas igrejas, tanto que na “bancada evangélica” encontram-se também congressistas católicos, como o caso do deputado Jair Bolsonaro (PP). Dentro do jogo político, os partidos buscam os candidatos de orientação religiosa por estarem mais interessados nos votos que pode acumular tal candidato (elegendo outros candidatos do mesmo partido), e menos preocupados com os preceitos a serem seguidos após a candidatura. Assim, o que se tem observado é que, o chegar ao poder, os religiosos, muitas vezes afastam-se dos partidos e buscam decisões que beneficiem os interesses de seus grupos.

Para entender esse fortalecimento político que parece não sair especificamente dos cultos, há a hipótese de que os próprios valores democráticos, como liberdade

⁶ <https://noticias.gospelprime.com.br/o-que-e-teologia-da-prosperidade-e-quais-seus-representantes-no-brasil/>

⁷ <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/29/eleicoes-terao-270-pastores-21-bispos-e-16-padres.htm>

religiosa e de expressão, abrem espaço para a expansão midiática por parte dos religiosos. Com relação aos canais abertos de televisão as igrejas neopentecostais são as principais beneficiárias da prática das emissoras de arrendar uma parte ou a totalidade de sua grade horária. Em números, a soma de pregação cristã na TV já soma mais de 4.800 horas todos os meses. A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, usufrui de mais de 1,5 mil horas de televisão por mês, distribuídas entre seis emissoras. Além de espaços consideráveis na Record, Rede TV!, Bandeirantes e Gazeta, a Universal mantém controle quase integral sobre a programação da Rede 21 e da CNT. A Rede Globo, por sua vez, cede uma hora por semana à Igreja Católica, o que mostra dois pontos importantes a serem analisados: a frequente presença da religião nos meios de comunicação brasileiros e a articulação das igrejas neopentecostais tanto na política como no uso dos canais de televisão.

Se olharmos o tempo de uso da grade horária pelas instituições religiosas, poderíamos imaginar que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por contar o maior número de horas no ar na TV aberta, contaria com o maior número de representantes no congresso. Porém, não é isso o que se observa. Das cinco igrejas com o maior número de deputados, a primeira é a Assembleia de Deus, com 19 representantes⁸, seguido da IURD, com 9 deputados, Presbiteriana, que conta com 7 deputados, Renascer e Evangelho Quadrangular, com 4 representantes cada. Mas, ainda que os canais de televisão aberta não sejam usadas para pedir votos, o que percebe-se pela diferença entre a Igreja com mais horas na grade de programação e a que apresenta mais deputados no Congresso, é que os meios de comunicação apresentam-se como um importante meio de relacionar o ponto de vista religioso com a moral social, criando uma relação de identificação com o público que, ao escolher seus candidatos, o fará mais por uma inclinação de identificação moral do que um representante religioso.

Observou-se esse movimento a partir de 2010, na candidatura de Dilma Rousseff, quando o ex-presidente Lula expressou que as igrejas evangélicas se beneficiavam da legislação de telecomunicações. A resposta veio rápido com o manifesto “Os evangélicos e a Liberdade de Imprensa”, encabeçado por Silas Malafaia, no qual os religiosos destacaram que

⁸<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelege-deputados.htm>

a imprensa livre é fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Só aqueles que querem sustentar ideologias ultrapassadas e antidemocráticas desejam exercer patrulhamento ideológico, cercear garantias individuais da cidadania e tentar colocar mordada na imprensa”⁹.

O manifesto expressou a união de uma parcela da população em torno da liberdade religiosa mais do que uma segmentação de instituições cristãs e neopentecostais.

Em 2012, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, o governo federal tentou implementar o novo Marco Regulatório da Radiodifusão, no qual uma das mudanças propostas que gerariam maior impacto seria a proibição expressa do aluguel de canais e de horários da programação de rádio e TV. Caso o decreto fosse sancionado, as emissoras seriam obrigadas a comprar os programas produzidos por terceiros - ao invés de receber pelo aluguel. Tal mudança afetaria as igrejas, pois estas estão entre os principais beneficiários da atual legislação, permitindo o aumento de programas religiosos e exclusivamente comerciais. A resposta a tal proposta foi imediata – adiantou o cenário de crise política que passou a enfrentar o governo Dilma Rousseff. Assim que foi publicada a proposta do Novo Marco Regulatório da Radiodifusão¹⁰, os representantes dos evangélicos no Congresso afirmaram que o governo enfrentaria oposição se tentasse proibir o aluguel de horários na programação de rádio e TV¹¹. O então Presidente da bancada evangélica em 2012, o deputado João Campos (PSDB-GO), classificou a proposta de “absurda” e afirmou que o governo não poderia mudar a lei por decreto e por isso caberia aos congressistas impedir a aprovação de eventual projeto de lei com a proposta. “O que motivaria o governo a tomar essa medida? Há alguma reclamação do público? Acho que não. Se há uma brecha na lei, tem que passar pelo Congresso. Somos radicalmente contra.” O Líder do Partido da República (PR) em 2012, o deputado Lincoln Portela, afirmou na época: “O governo vai ter uma briga com milhões de religiosos (...) Essa mudança não passa nunca. A própria Record aluga programa para a Universal”¹². Já o pastor Silas Malafaia, forte figura midiática, disse: “Presidenta Dilma Rouseff, não manche o seu Governo com atitudes tão antidemocráticas como essas”¹³.

⁹ <https://noticias.gospelprime.com.br/silas-malafaia-publica-manifesto-nos-principais-jornais-do-brasil/>

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml>

¹¹ http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed697_dilma_quer_acabar_com_aluguel_de_horario_na_tv/

¹² <http://www.verdadegospel.com/pt-e-o-governo-querem-impedir-a-pregacao-do-evangelho-no-radio-e-tv-2/>

¹³ Idem.

A partir de então, a “bancada evangélica” passou a apresentar resistência ao governo de Dilma Rousseff, e afirmando que havia, por parte do governo, um movimento de “evangélico-fobia”¹⁴. A movimentação de oposição ao governo de Dilma, que veio a seguir – como a PEC que dá à Igreja poder de questionar Supremo¹⁵, ou o próprio processo de impeachment – mostrou a articulação dos deputados de orientação religiosa e o uso das questões morais pelo congresso, para manter o apoio da população. Outro elemento importante de ser levado em consideração para entender a relação entre o fortalecimento da “bancada evangélica” e os meios de comunicação é observar em que estados brasileiros foram eleitos os maiores números de deputados de orientação religiosa. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam um número muito maior de deputados evangélicos que todos os demais estados do país.



Como mostra o quadro acima, o Estado de São Paulo conta com 70 deputados, sendo 14 destes serem evangélicos. Já a proporção de deputados evangélicos no Estado do Rio de Janeiro é ainda maior, havendo também 14 deputados evangélicos para um total de 46 parlamentares representando o estado. Uma das hipóteses desta pesquisa para a presença do alto número de deputados de orientação religiosa leva em consideração que os grandes canais de comunicação, em especial de televisão, encontram-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, pode haver um maior acesso dos deputados evangélicos às grades desses canais, tendo assim mais possibilidade de uso dos meios de

¹⁴ <http://www.ultimato.com.br/comunidade-conteudo/o-marco-regulatorio-da-radiodifusao-e-a-evangelico-fobia-parte-6>

¹⁵ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-11-04/bancada-evangelica-aprova-pec-que-da-a-igreja-poder-de-questionar-supremo.html>

comunicação. Com a forte presença das religiões neopentecostais nas horas de TV aberta, a orientação religiosa acabaria determinando a programação dos grandes canais de comunicação, e ganhando visibilidade, ainda que de maneira indireta, para os assuntos que interessam à bancada.

A igreja evangélica tem apresentado importante trabalho na sociedade e usa os meios de comunicação para adquirir visibilidade e assim acaba aumentando a confiabilidade das pessoas na instituição, uma confiança não só na área religiosa, mas também na área política e social. Assuntos que interessam a sociedade encontram respaldo nos políticos de orientação religiosa, como (como a união estável entre pessoas do mesmo sexo), criando na classe evangélica a possibilidade de ser ouvida e representada na política.

Religião e política no Brasil

O importante aumento da população que se autodeclara evangélica, observada pelo IBGE, não se reduz somente ao campo das instituições como as Igrejas, mas também pode ser vista no campo político, o que poderia ser visto como uma contradição até tempos atrás, em que esses indivíduos eram vistos como apolíticos, pregando – e ainda pregam - um “apartamento das coisas do mundo”. Nos últimos quinze anos tem-se observado um claro interesse de religiosos de orientação evangélica em ocupar a cena política e participar do jogo eleitoral, penetrando espaços de poder, obtendo prestígio e influência, protagonizando ações públicas e participando de decisões de importância nacional, o que gerou transformações efetivas no cenário político brasileiro.

Episódios de importante repercussão nacional mostram a força do compromisso religioso com a política e a instrumentalização política da religião. Nas eleições presidenciais de 2010, por exemplo, questões de natureza religiosa e moral assumiram o centro do debate político com finalidades eleitoreiras. Acusou-se a candidata Dilma Rousseff (PT) de ser favorável à descriminalização do aborto, o que lhe rendeu uma queda significativa nas pesquisas eleitorais. A partir de tais afirmações, a campanha da candidata assumiu um tom moralista, mesmo tom de seus concorrentes. As agendas dos candidatos do pleito de 2010 mostravam um cuidado na comunicação com líderes religioso que, por sua vez, advertiram os fiéis dos perigos de se eleger um candidato que apoia “práticas abortistas”, interferindo significativamente na disputa presidencial. Assim, os candidatos

correram para ampliar suas alianças com segmentos da Igreja Católica e das denominações evangélicas assim como passaram a utilizar exaustivamente mensagens e símbolos religiosos, visando obter a vitória eleitoral.

O segmento evangélico, sobretudo o pentecostal, ganha espaço, principalmente no Poder Legislativo, às vezes somando-se e às vezes se separando dos parlamentares da bancada católica. As bancadas evangélica e católica costumam votar juntas em projetos que envolvem questões morais (aborto e casamento de homossexuais, entre outros) e em algumas matérias sociais (saúde, educação, trabalho, moradia, assistência social e em outras que não envolvam interesses específicos de cada igreja).

Atualmente, na legislatura de 2015/2018, a Frente Parlamentar Evangélica conta com 87 deputados federais e 3 senadores, e contou por um tempo com a liderança do congresso na figura do parlamentar Eduardo Cunha (PMDB). Já na legislatura anterior (2011/2014), os parlamentares evangélicos eram notícia nos principais veículos de comunicação do país, dado o barulho que faziam por questões que são contra suas pautas políticas, como, por exemplo, o material anti-homofobia que o Ministério da Educação pretendia distribuir nas escolas públicas. Declarações proferidas em plenário, alegando que o kit de combate à homofobia era uma forma de incitar os estudantes da rede pública a se tornarem homossexuais, fez tanto estardalhaço que a então Presidente da República, Dilma Rousseff, resolveu suspender a distribuição do material educativo, atendendo, assim, às reivindicações dos paladinos da moral cristã. Ainda que a Frente Evangélica Parlamentar não seja a maioria no legislativo, a bancada possui grande influência nas votações e acabam travando temas polêmicos como casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais, descriminalização do aborto, legalização da maconha.

Ainda que haja uma tentativa de fortalecimento dos congressistas que se opõem à bancada evangélica, temas contrários às doutrinas das igrejas ficam travados no Congresso Nacional, causando morosidade no sistema legislativo e polêmica na mídia. Um caso recente é a derrota da proposta de criação da Frente LGBT, de sugestão do deputado pernambucano Edilson Silva (Psol). O assunto foi debatido na Assembleia Legislativa de Pernambuco e negado pela maioria – 23 votos contra 10. Normalmente questiona-se a razão desta expansão levando em consideração teorias de secularização das sociedades ocidentais, tendo como importante perspectiva a ideia de que a política não deve ter nenhum envolvimento com a religião, assim como as instituições religiosas devem manter-se afastadas da política. Segundo essa ideia, política e religião possuem territórios delimitados e definidos. Em meio à racionalidade moderna, acreditou-se no

declínio da religião e a extinção da fé como resultado do avanço da ciência e do progresso tecnológico. Os defensores da razão desprezavam profundamente as tradições confessionais e acreditavam na morte da divindade (ROLDÁN, 2008).

Porém, se por um lado exalta-se o conhecimento científico, e a ideia de que secularização está regularmente associada à privatização e individualização da fé, verifica-se que atualmente esse processo engloba também a publicização e coletivização da religião. Ademais, percebe-se ainda nas sociedades contemporâneas a desinstitucionalização da religião, o colapso das tradições, a erosão da autoridade religiosa, a desestruturação hierárquica do sistema eclesiástico, a perda da credibilidade institucional, a crise das estruturas normativas e a desconfiança em relação às instituições dedicadas à produção de sentido e à imposição de preceitos morais (CATOGGIO, 2008; NEGRÃO, 2000).

Considerações Finais

Ainda que pareça um fenômeno contemporâneo, a relação entre religião e política no Brasil está inscrita na própria história do país, através da presença do Cristianismo como braço do Estado para a organização social ao longo de séculos e, mais modernamente, no século XX, após a proclamação da República, mesmo com o projeto de um Estado laico. O fato é que a sociedade brasileira sempre encontrou na religião um de seus pilares mais importantes.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e a entrada do rádio e da TV aos lares brasileiros, tanto a política quanto a religião encontraram uma nova forma de expor suas ideias. Bastava, porém, dominar as ferramentas, coisa que as Igrejas Evangélicas souberam fazer a partir do momento em que entenderam que não se tratava apenas de um meio de entretenimento, mas um acesso direto aos indivíduos. As produções de programas religiosos dedicaram-se a desenvolver meios técnicos, como captar profissionais, a fim de colocar no ar programas com os mesmos códigos de comunicação que os demais programas da grade.

Era preciso, então, organizar o conteúdo. Isso também não foi difícil para as Igrejas Evangélicas, uma vez que os conteúdos de cunho moral caíram no gosto da ditadura militar vigente no Brasil por aproximadamente três décadas. Assim, enquanto o Estado se interessava por organizar uma sociedade pacífica e patriótica, as Igrejas

Evangélicas, com discursos moralizantes e grupos de fiéis obedientes, buscava a visibilidade dos meios de comunicação. O encontro entre Estado Militar e Igreja Evangélica foi benéfico para ambos e preparou o seguimento religioso para as décadas de reabertura política.

Quando o Brasil passou pela redemocratização, as Igrejas Evangélicas já sabiam como ganhar visibilidade através dos meios de comunicação. O caminho estava traçado há anos, bastava agora seguir nos acertos e consertar as falhas. Assim, com a democracia, as Igrejas sabem que gozam da liberdade de culto e de imprensa para ganhar espaço, e esse espaço acaba se estendendo ao poder legislativo brasileiro. A frequente presença religiosa na política brasileira e como essa presença é assegurada tanto pela estrutura do Estado Democrático, quanto pela população brasileira, que sempre teve nos religiosos importantes líderes políticos e sociais, e não apenas para questões espirituais.

Nada há de antidemocrático na expansão da Frente Parlamentar Evangélica ou do uso dos meios de comunicação por Igrejas, mas uma expressão da democracia representativa do Brasil, expressa os valores morais que permeiam a sociedade atualmente e o entendimento que a liberdade pode ser usada inclusive pelos grupos mais conservadores. Assim, para entender a expansão dos políticos com orientação religiosa no Brasil, mais do que pensar que a resposta está na política, a resposta está na sociedade que, ainda que se creia cada vez mais moderna e racional, ainda escolhe seus representantes a partir de valores arcaicos, tanto quanto os dogmas religiosos.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Estudos Avançados, v.18 n.52, set./dez. 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- BANDINI, Claudirene A. de P.. Religião e Política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BIRMAN, Patrícia. Imagens Religiosas e Projeções Para o Futuro. In: BIRMAN, P. (org) Religião e Espaço Público. São Paulo: Attar editorial, 2003, p. 236.

- BOFF, Leonardo; BOFF Clovis, Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. Revista Eletrônica Rever, n. 04, ano 01, 2001.
- BUCCI, Eugênio. *A fabricação e o consumo de Deus*. Revista Nova Escola. São Paulo, 2001.
- CATOGGIO, María Soledad. Gestión y Regulación de la diversidad religiosa en la Argentina. Políticas de “reconocimiento” estatal: el Registro Nacional de Cultos. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 105 – 116.
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP, 2011.
- FONSECA, A. B. Evangélicos e mídia no Brasil. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- FONTELES, H. A. Programa show da fé: um retrato da construção midiática da imagem religiosa evangélica. São Paulo: 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Israel o Atenas: ensayos sobre religión, teología y racionalidad*. Madrid: Trotta, 2001.
- LÖWY, Michael. “Rapports entre le religieux et Politique em Amérique Latine”. Paper, 2001.
- MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. p. 16-25.
- MATOS, Alderi Souza de. “Breve história do protestantismo no Brasil”. Portal Mackenzie. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/6994.html>
- NEGRÃO, Lísias N. *Mercadolocismo: mercado na religião e religião do mercado*. Revista Estudos da Religião, ano XIV, no 18, 2000, p. 55 - 67.
- ROLDÁN, Verónica. “Religión y Política en Italia: la recuperación de los elementos culturales del cristianismo”. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 59 - 70.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- XAVIER, Érico Tadeu. “Teologia da Prosperidade: História, Análise e Implicações”, in Revista Kerygma, Ano 5 - Número 2 - 2º. Semestre de 2009. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/202/203>